

Plantação, Raça e Racialismo: regressando ao binômio infraestrutura-superestrutura

Cristiana Bastos¹

¹Universidade de Lisboa, Instituto de Ciências Sociais, Lisboa, Portugal

Resumo

Menos que intervir em discussões do tipo hermenêutico-teológico sobre as sagradas escrituras de Marx, com seus conceitos-chave, suas aplicações e versões, vou neste artigo homenagear de um modo mais genérico o seu legado de interpretação do mundo, um legado que herdamos e do qual nos beneficiamos nas análises que fazemos, alguns de nós sem o reconhecer, outros em plena consciência. Começarei por abordar essa consciência dando conta de uma genealogia de algumas décadas entre a história e a antropologia, para, em seguida, discutir a articulação entre infraestrutura e superestrutura, que, por um lado, é um legado de base do marxismo e, por outro, emerge da minha pesquisa em economias de plantação e racialismo. O ponto de chegada e argumento central do artigo consiste em demonstrar como a economia da *plantation*, ou infraestrutura, gerou a ideologia, ou superestrutura, do racialismo.

Palavras-chave: Economia de Plantação; Infraestrutura; Superestrutura; Ideologia; Raça.

Plantation, Race and Racialism: back to the infrastructure-superstructure nexus

Abstract

Rather than engaging in hermeneutic-theological type of debates over Marx's sacred writings and their key concepts, in this article I will focus on his legacy – to which we are often indebted, whether we acknowledge it or not. I will start by addressing that legacy via the exam of an intellectual genealogy across some decades between history and anthropology. I will then discuss the infrastructure-superstructure articulations with reference to my own research on plantation economies and the making of racialism. The discussion will lead to the main point: how the plantation economy, or infrastructure, generates the ideology, or superstructure, of racialism.

Keywords: Plantation Economy; Infrastructure; Superstructure; Ideology; Race.

Recebido em: 03/03/2026
Aprovado em: 23/06/2026
Publicado em: 29/09/2026



Este trabalho está licenciado sob CC BY-NC-SA 4.0. Para visualizar uma cópia desta licença, visite <https://creativecommons.org/licenses/by-nc-sa/4.0/>

1 As Sagradas Escrituras do Marxismo, o Legado de Marx e uma Proposta Analítica

Não vou trazer aqui uma discussão hermenêutica ou teológica sobre as sagradas escrituras de Marx; textos analíticos sobre o assunto não faltam e não faltarão. Não vou abordar em detalhe os conceitos-chave, suas aplicações, suas revisões e seu potencial redentor para a transformação da sociedade. Vou antes, ampliando o foco, homenagear seu legado de interpretação do mundo, um legado que herdamos e do qual nos beneficiamos nas análises que fazemos – com ou sem consciência explícita disso.

Abordarei primeiramente uma genealogia desse pensamento nas proximidades da história e da antropologia. Seguidamente proponho regressar a um ponto básico desse legado: a articulação entre infraestrutura e superestrutura. Vou fazê-lo a partir da minha pesquisa sobre as economias de plantação e a consolidação do racialismo como o conhecemos. Tal vai ser o meu ponto de chegada, que desde já enuncio: demonstrar como a economia da *plantation*, ou infraestrutura, gerou a ideologia, ou superestrutura, do racialismo, que se perpetua com o racismo, ao qual, simultaneamente, empresta um elemento de legitimidade cognitiva fazendo crer que “raças” existem naturalmente e são naturalmente diferentes, trazendo implicitamente, quando não explicitamente, a crença na desigualdade e hierarquia das mesmas, uma hierarquia fabricada na economia da *plantation*. Mas isso será o meu ponto de chegada. Antes disso, alguns passos da genealogia do marxismo nosso de cada dia em alguns lugares do pensamento antropológico – e vou fazê-lo com um fio de história pessoal.

2 Do Materialismo Comum à Nova História

Há muitos anos, estava eu ainda no ensino secundário, fervia a revolução portuguesa iniciada em 1974; chegavam-nos livros e textos policopiados a stencil que tinham sido proibidos durante os anos da ditadura, da censura e da repressão. “Stencil” era uma tecnologia de impressão muito usada nos movimentos políticos antes da vulgarização do xerox, ou fotocópias. Muitos dos comunicados políticos clandestinos – fossem de movimentos anarquistas, comunistas ou de ação cultural – eram impressos desta forma, frequentemente em papel transparente e fino, fácil de eliminar, que podia até ser engolido em caso de captura pelas “forças da ordem”. Esse suporte de comunicação continuou a ser usado mesmo em tempos de liberdade; sendo as cópias xerox ainda raras e caras, manteve-se para além do tempo da ditadura aquele icônico suporte de mensagens de resistência, subversão, e promessa de mudança revolucionária.

E assim, nas aulas e fora delas, em formato policopiado ou edições legítimas, tínhamos Marx, Engels, Bakunine, Kropotkine, Lenine, Trotsky, por vezes Staline, para muitos Mao Tse Tung, e para alguns até Enver Hoxha, o singular líder marxista-leninista-maoista da pequena república balcânica da Albânia. A esta literatura somavam-se as obras de divulgação de grande tiragem de George Politzer (1974) e Martha Harnecker (1973). O que li e ouvi terá sido processado, depurado, esquecido, lembrado.

Nas aulas e fora delas tínhamos uma outra vertente de influência marxista, já não de textos sagrados, mas de uma historiografia em parte por eles gerada, em parte inspirada, e certamente inspiradora, que veio a andar de braço dado com as ciências sociais. Décadas de legado analítico materialista tinham produzido ferramentas de leitura da sociedade, das estruturas de permanência e das dinâmicas de transformação que, em mãos talentosas, criavam obras fascinantes. Chegavam-nos as que vinham dos lados de França, com o tempero sociológico usado na cozinha dos *Annales* pelos notórios *chefs* Marc Bloch, Fernand Braudel, Pierre Chaunu, Lucien Febvre e tantos mais (entre muitos outros clássicos, ver Bloch, 1939-1940; Braudel, 1949; Chaunu, 1974; Febvre, 1942). Uma história global focada nas materialidades e dinâmicas sociais e culturais associadas; a atenção aos espaços; a importância da estrutura, grupos, personagens coletivas; o cotidiano dos heróis sem nome – enfim, a “Nova História”, uma história social em vez de um memorialismo de datas, feitos e conquistas; uma chave de inspiração marxista, explícita ou implícita, reconhecida ou incorporada. Uma história nas proximidades da sociologia e antropologia.

Para alguns de nós, estas obras operaram um corte radical com a história que nos tinha sido servida na escola básica, apologética e teleológica, assente em cronologias de heróis e lutas de povos, banhada em mitos nacionalistas (veja-se, por exemplo, Almeida, 1991); com uma espécie de marxismo prático feito para a leitura do mundo nas suas estruturas e processos, os *Annales* proporcionaram um corte epistemológico que era também um quadro cognitivo apaziguante, depois dos paradoxos ansiogênicos dos nacionalismos, dos cultos, dos fascismos.

3 Da História Econômica e Social à Economia Política

Em três contextos universitários diferentes fui exposta a versões inspiradoras desta corrente. Tive um primeiro curso de história econômica e social em uma instituição conservadora frequentada maioritariamente (mas não exclusivamente!) por conservadores, professores e estudantes, futuros CEOs e PDGs de grandes companhias e bancos: a Universidade Católica Portuguesa, em Lisboa, em cujo curso de economia ensaiei a primeira fase de uma transição entre as ciências naturais e as humanidades que se viria a estabilizar na antropologia. Do currículo de economia faziam parte cursos de ciências sociais, sociologia, psicologia social, história econômica e social. E nem o fato de o docente desta última, o historiador Jorge Borges de Macedo, se ter convertido ao conservadorismo político e repudiado a esquerda de que inicialmente provinha, eclipsava o seu conteúdo revolucionário e impacto transformador. A China: a tecnologia de navegação marítima de longa distância, a tecnologia da pólvora, fazendo cair por terra o determinismo tecnológico do império que tínhamos aprendido a propósito das caravelas e da expansão, das armas de fogo e da conquista. O Japão: o shogunato

e o mikado. A Europa relativizada, e descentrada, muito antes de as teorias pós-coloniais e decoloniais o virem a propor.

Era um novo modo de olhar para o devir coletivo no passado. Quem quisesse que tirasse ilações para o presente e para o futuro. Alguns fizeram essa matéria a duras penas, vista como entrave e perda de tempo para quem preferia contas, orçamentos, modelos matemáticos, micro e macroeconomias; outros fizeram-na com entusiasmo e ganharam ferramentas perenes para interpretar o mundo.

Tive de novo um curso de história econômica e social enquanto estudante de antropologia na Universidade Nova de Lisboa, agora com um historiador vindo ele mesmo da escola dos *Annales* e interlocutor direto de Fernand Braudel: Vitorino Magalhães Godinho. Em *Os Descobrimentos e a Economia Mundial* (Godinho, 1981-1983), demonstrava como o lucro do comércio de especiarias, mais que as proclamadas missões civilizatórias e proselitistas, tinham sido motor e motivo da expansão marítima. Originalmente escrita ainda durante a ditadura de Salazar, esta obra foi radical e transformadora.

Continuei com o privilégio da interlocução com Magalhães Godinho no âmbito do mestrado, onde cultivava a imaginação histórica e sociológica junto com as análises de dados quantitativos “duros” e uma forte aposta na investigação empírica. Era de rigor praticar a interdisciplinaridade cotidiana. Ler ficção. Demorar em *O Nome da Rosa* (Eco, 1983), um dos seus favoritos. Conhecer, casa a casa, Montailoux, a aldeia occitana cuja vida social foi reconstruída ao detalhe a partir dos registos da inquisição (Ladurie, 1975). Sob a supervisão de Magalhães Godinho desenvolvi uma tese articulando passado e presente interior do Algarve e mobilizando o que aprendera de estratégias de pesquisa, análise e interpretação (Bastos, 1988, 1991, 1993). Pensar as materialidades. Registrar e imaginar cotidianos. Antever escolhas e determinantes. Decifrar estruturas subjacentes. Mapear dinâmicas e movimentos de repetição. Interpretar e narrar realidades sociais. Ganhar intimidade com arquivos, coleções, papéis perdidos e encontrados, registos paroquiais, registos civis, notas marginais. Chegar ao passado que afinal está inscrito no presente, tal como o presente no passado.

O terceiro momento de exposição privilegiada a esta tradição coincidiu com a frequência do doutoramento em antropologia no Graduate Center da City University of New York, ou CUNY. Aí fui aluna de Eric Wolf, Jane Schneider, Gerald Sider, Shirley Lindenbaum, Leith Mullings, Vincent Crapanzano, e muitos outros e outras. Vou deter-me mais nesse momento, até porque estes nomes eram já da antropologia e não da história econômica e social. Um grande número era de uma antropologia que se reclamava *political economy* – um conceito cifrado para referir o legado do marxismo sem o explicitar.

No primeiro momento senti-me como que em revisão daquilo a que já tinha estado exposta, na Europa, através dos trabalhos da escola dos *Annales* e na proximidade entre este modo de fazer história e as práticas, métodos e epistemologia das ciências sociais. Ao mesmo tempo, sentia-me decepcionada com o pouco interesse dedicado ao que me tinha atraído na antropologia: o particularismo etnográfico, a exploração e descoberta dessa constelação única de práticas e representações de uma dada sociedade e cultura, talvez movido a um exotismo das origens da antropologia. Na CUNY rejeitava-se com paixão aquilo que era visto como uma busca estéril do exótico praticada noutros departamentos e cultivada no passado da disciplina. Em vez do exótico particular, procurava-se universais nas particulares configurações das sociedades que analisavam; e esses universais eram principalmente os do

impacto do capitalismo, podendo as configurações particulares desse impacto ser únicas e idiossincráticas, mas passíveis de leitura em um modelo analítico geral. Alguns liam com devoção a *Grundrisse* (Marx, 1941); ao lado, no departamento de sociologia, os seminários de Stanley Aronowitz aprofundavam os demais textos sagrados. Mas na antropologia as referências eram diferentes.

4 Convergências Analíticas

Demorei algum tempo a perceber de que modo convergiam a economia política e o legado dos *Annales*. Não me era óbvio – como era para tanta gente – que durante a guerra-fria, e já antes dela, não se podia falar abertamente nos Estados Unidos da tradição marxista nem endossar ideias que parecessem alimentar a política “comunista”. Podia isso já não ter cabimento nos anos 1980-1990, mas tinha sido de rigor nas décadas anteriores e deixara marcas. É assim que, com conceitos paralelos, cresce nos Estados Unidos uma vertente da antropologia que converge com a perspectiva dos *Annales* franceses, mas sem explicitar a influência última das ferramentas conceituais marxistas. Desenvolve-se, antes, como uma espécie de escola evolucionista, ecológica, globalista, dando atenção aos contextos, à materialidade da vida, à determinação econômica, ao impacto do capitalismo e sua expansão – e por isso mesmo rejeitando, pela miopia que as sustentava, as atitudes de romantização do isolado etnográfico que predominavam em tantos outros lugares acadêmicos.

“Evolucionismo” era uma palavra praticamente banida na minha geração, usada apenas na história e arqueologia do conhecimento antropológico. Tinha sido educada na rejeição de toda e qualquer associação ao evolucionismo, no que evocava do etnocentrismo da antropologia oitocentista, de Morgan (1877), Bachoffen (1861) e Frazer (1890). Tal posição teria sido ultrapassada pelos heróis do pensamento antropológico que nos eram servidos – da antropologia social clássica como Malinowski (1935), Radcliffe-Brown (1952) e Evans-Pritchard (1940); do estruturalismo como Lévi-Strauss (1958); da antropologia marxista francesa como Meillassoux (1975) e Godelier (1984); da chamada escola de Manchester como Gluckman (1952) e outros, mais dados a estudos processuais e dinâmicos e parcialmente devedores dos instrumentos analíticos do marxismo; ou, finalmente, da antropologia cultural americana, classicamente exemplificada por Mead (1928), Benedict (1934) e Kroeber (1933), devedores de uma espécie de espiritualismo coletivo de inspiração germânica operacionalizado como “cultura” por Franz Boas (1940). “Evolucionismo” era do passado, e parecia bizarra a caracterização de uma tendência enquanto “neo-evolucionista”, como articulou Marvin Harris (1968) para Julian Steward e a sua “ecologia cultural”.

Todavia, esse era um rótulo de circunstância; a escola, a de Julian Steward, crescera numa linguagem conceptual paralela à dos *Annales*, e com ela convergia analiticamente. Entre outras coisas abordavam as estruturas da economia de plantação e as suas consequências na América Latina e Caraíbas. O trabalho coletivo da equipa de Steward deixou-nos o volume *The People of Puerto Rico*, publicado em 1956, em pleno Macarthismo, em linguagem cifrada e marxismo indetectável (Steward, 1956), analisando a materialidade da economia como a força determinante das relações sociais e mesmo das emergências culturais. Fora-lhes encomendado um estudo da cultura de Porto Rico; responderam fazendo uma série de estudos

de subculturas mas, ao invés de as tratarem como imanências suspensas da história e da economia do mundo, analisaram o contexto mais amplo em que se produzem. Não chamam ainda capitalismo global a esse contexto, mas está lá tudo. Só mais tarde isso será assumido, retrospectivamente. Nos anos 1950, usam termos mais moderados como produção agrícola, populações rurais, processos gerais de desenvolvimento histórico e variações socioculturais, não deixando de enunciar como, citando em tradução livre, “as instituições socioculturais e processos co-variam com os tipos económicos”; e identificam claramente os tipos económicos como as plantações de açúcar estatais, as de companhias privadas, as pequenas explorações de subsistência com cultivos vários, e as fazendas transformadas em produtoras de café. Hoje podemos ler a sua inspiração marxista, quase indetectável na linguagem que usam nos anos 1950, apesar de incluírem temas como os da “propriedade e controle do capital”, e do “emprego e oferta de trabalho” (Steward, 1956).

5 As Antropologias Globais de Eric Wolf e Sydney Mintz

Na escola de terreno de Julian Steward cresceram, entre outros, Eric Wolf e Sydney Mintz. Das suas vastas obras destaquemos *Europe and the Peoples without History*, de Wolf (1982), e *Sweetness and Power*, de Mintz (1985). Estão aqui as dimensões “capital” e “trabalho”, que mais tarde vieram a ser abordadas de modo frontal na antropologia (entre muitos outros, v. Schneider, 1975; Sider, 1986; e mais tarde Ribeiro, 1991; Kasmir, 1996; Edelman, 1999; e em outras dimensões da economia, Creed, 1998; Narotzky, 2020). *Europe and the Peoples without History* (Wolf, 1982) é para mim um dos melhores livros de sempre, na antropologia e fora dela; consiste numa combinação fascinante de solidez histórica e análise antropológica que contradiz com fundamento a ideia de primitivismo que caracterizava o *modus operandi* de uma antropologia tradicional, em que o tratamento das sociedades como entidades isoladas e a descrição da sua cultura ignorava as dinâmicas circundantes da modernização, colonialismo, capitalismo, urbanização, globalização. Tal como os demais colegas da equipa de Julian Steward, Eric Wolf deu, desde o início, atenção aos modos como estas dinâmicas se articulavam condicionando os modos de vida particulares, como é exemplificado pelo seu estudo do campesinato mexicano (Wolf, 1959, 1966). Mas em *Europe and the Peoples Without History* Wolf vai bem mais longe, conseguindo uma abordagem abrangente e polifónica – muito antes de se falar nesses termos – para as dinâmicas de encontro e transformação entre agregados sociais pelo mundo fora e a expansão da matriz socioeconómica europeia.

Sweetness and Power: the place of sugar in modern history (Mintz, 1985) é outro dos livros imortais ao qual devemos sempre regressar. Como vimos acima, Mintz começou a carreira de antropologia com trabalho de campo nas plantações de cana-de-açúcar de Porto Rico. Daí resultou, entre outras coisas, o famoso *Worker in the Cane* (Mintz, 1960), o arquétipo de um modo de trabalhar em antropologia que se perpetuou nas décadas seguintes: a história de vida. E a história de vida de D. Juan, o cortador de cana, estava inscrita, marcada e gerada pela economia do açúcar que, em Porto Rico como no grande Caribe de ilhas e zonas costeiras que vai da Louisiana ao Brasil, foi a matriz de uma sociedade desigual e racializada.

Curiosamente, enquanto finalizo este artigo, a cultura popular trouxe para um palco global a centralidade do açúcar, da plantação e do seu legado na formação do mundo contemporâneo,

das suas desigualdades e contradições, em particular nas Américas. Em ritmo de *reggaeton* e visuais espetaculares, o cantor latino Bad Bunny proporcionou ao público da *Super Bowl* de 2026 uma síntese da economia política de Porto Rico: começou precisamente com as canas-de-açúcar e os seus cortadores; seguiu com a migração e a criação de uma cultura própria de imigrantes e descendentes de Porto Rico em Nova York, a cultura Boricua; passou pelas desconsiderações, descaso e destrato por parte dos Estados Unidos durante o apagão que o “território” (eufemismo de colônia) sofreu na sequência do ciclone Maria; culminou o *show* com celebração da pluralidade de nações e povos que constitui a “América,” – América que, do Canadá ao Chile e passando por muitas bandeiras e latitudes, é muito mais que a *America* invocada por estado-unidenses em autorreferência. O cantor conseguiu apresentar com um incomparável impacto visual aquilo que, de modo menos festivo, mas eloquente e pertinente, Mintz articulava em *Sweetness and Power* (Mintz, 1985).

Sweetness é escrito muito depois de *Worker in the Cane*, com décadas de sedimentação e reflexão, e publicado em 1985. O autor parte de uma pergunta universalizante, algo pouco habitual na antropologia de finais do século XX: de onde vem o gosto geral pelo sabor doce? Como se explica a constante busca pelo açúcar, que faz dele a mais poderosa das culturas de plantação, uma economia devoradora de terra, de tecnologia, de trabalho, produtora de brutalização humana, de extinção indígena, de genocídios e escravização? Ao longo deste pequeno mas influente livro, Mintz consegue com aquela pergunta articular aquilo que em muitos outros é a aridez dos dados de história econômica mas com ele se tornou um entretecer ímpar de, por um lado, as dimensões globais, materiais e conceptuais dos mercados, capitais, trabalho, escravização, e, por outro, a proximidade das vidas humanas, na intimidade com a matéria bruta do canavial, do plantio, do corte, do transporte, do processamento, dos vários modos de fazer açúcar-produto, dos vários produtos, das demandas diferenciadas, dos gostos associados. Articulando antropologia e história de modo exemplar, não se fez rogado em expor alguns legados do marxismo sem o explicitar. Vejamos apenas um, pois esta é apenas uma breve secção do que quero apresentar. Diz Mintz (1985, p. xxii) da comunidade de cortadores de cana-de-açúcar com quem trabalhou em Porto Rico:

[...] não eram agricultores, para quem a produção agrícola é um negócio; não eram camponeses, cultivando um solo seu e com modo distinto de vida. Eram trabalhadores agrícolas que não possuíam terra nem qualquer outra propriedade produtiva, e tinham de vender o seu trabalho para comer. Eram assalariados que viviam como os operários fabris, que trabalhavam em fábricas no campo, e tudo aquilo de que precisavam ou usavam tinham de comprar em lojas [...] – consumiam o que outros produziam noutros lugares.

Temos aqui evocações da propriedade dos meios de produção, ou ausência dela; da alienação do trabalho, da situação última do operário forçado a vender a sua força de trabalho para subsistir. Antevemos, também, uma outra fórmula interpretativa do mundo: a da plantação enquanto fábrica a céu aberto. A esta podemos, também, acrescentar, o seu reverso: o da fábrica enquanto plantação fechada entre paredes e telhado. Muito mais poderia ser dito sobre este livro, um dos mais influentes de sempre.

6 Economia de Plantação e Ideologia Racialista: de volta ao binômio infraestrutura/superestrutura

Foi sem dúvida com este livro de Mintz na memória, mas também com os de Wolf, Godinho, Schneider, e outros, que concebi o que veio a ser o meu projeto mais ambicioso: “A Cor do Trabalho – as vidas racializadas de migrantes”. Foi um projeto multissituado, multiépoca, multidisciplinar, desorbitando, como os autores citados, da tradição focada e local do trabalho etnográfico. Ainda hoje estou a trabalhar os resultados desta experiência, publiquei artigos e capítulos sobre racialização, plantação, memória, relações humanos-plantas (Bastos, 2018, 2020, 2023, 2023a, 2024, 2025), e outros estão a caminho. Em parte, restauram um princípio básico do legado marxista: como a infraestrutura gera a superestrutura, e logo se determinam mutuamente, persistindo em vidas paralelas e combinadas.

Como se materializa este argumento? Simples: a economia de plantação, ou infraestrutura, gera o racialismo, ou superestrutura. Note-se que *infraestrutura* se usa aqui no sentido marxiano, ou seja, a base económica da sociedade, o sistema produtivo e relações de produção – e não, como se usa também nas ciências sociais extravasando dos estudos urbanos em anos recentes, as estruturas materiais de circulação, distribuição, produção de energia, etc. *Superestrutura* corresponde ao termo também marxiano para ideologia, ou o conjunto de cognições que estruturam a percepção da realidade e organizam a vida social. O argumento é, portanto, que o modo de produção da plantação, este modo particular de produzir riqueza, baseado em trabalho escravizado, gera o racialismo, isto é, a hierarquização de humanos com base em tipologias que separam os grupos humanos com critérios somáticos e ênfase no identificador visual que é a cor da pele. Por outras palavras, “negro”, que é também uma cor, é uma categoria de lugar na hierarquia da plantação, consolidada como a cor do trabalho escravizado, brutal, desumano, animalizante; e “branco”, que é também uma cor, é o seu oposto por contraste, a categoria do privilégio de não ser escravizado, de ficar livre dessa condição e, no limite, do trabalho em geral. Esse binômio perpetuou-se e multiplicou-se de muitos modos, ajudado pela falácia naturalizante em que se desenvolveu o racialismo ao imputar à natureza as categorias assim criadas (as supostas “raças biológicas”) e sustentando a hierarquia funcional extrema em que se baseava esta formação económica dos primórdios do capitalismo, a plantação de açúcar.

O argumento é contraintuitivo, uma vez que a ideologia racialista se disseminou muito para além da plantação, continuando, já desligada desta, a formatar comportamentos sociais com invocações que remetem para a natureza; e também porque se construiu sobre categorias pré-existentes às quais muitos autores imputam a origem do sistema racialista e da concepção de raça. Com efeito, o mundo conhecia previamente, antes da economia de plantação, inúmeras terminologias de raça, classificações, colorismos, com hierarquizações, exclusões e perseguições baseadas nessas terminologias; tal está amplamente documentado (Bethencourt, 2015). Porém, em nenhuma situação histórica se verificou algo equivalente ao processo brutal de racialização gerado na plantação e configurado primordialmente na economia do açúcar, em parte replicada pela do algodão, do cacau, do café, do tabaco, e outras, que todavia não atingiram as dimensões transformadoras e radicais que teve o açúcar. Os processos tecnológicos e a dinâmica económica, histórica e geográfica da plantação de

açúcar estão bem documentados na literatura – entre muitos, veja-se Bosma (2023), McLennan (2014) e Mintz (1985). Também está largamente documentado o quanto a plantação foi motor e motivo da escravização de africanos (Thompson, 1975; Williams, 1944). O que está, a meu ver, menos documentado, e que ousou apresentar para discussão, é o modo como essa economia gerou o racialismo que perdura até hoje.

Voltando ao argumento: a economia de plantação gera racializações pelo processo de separar e hierarquizar os seres humanos para efeitos de maximizar produção e lucro, enquanto naturaliza essa separação entre grupos humanos e os hierarquiza em categorias classificatórias que vieram a consolidar-se como “raças”. Produzem-se mutuamente, a *plantation* e o racialismo. E este persiste, para além do mundo da *plantation* propriamente, travestido de conhecimento científico que se alimenta da paixão taxonômica e classificatória do iluminismo europeu, e também do racismo, ele mesmo um efeito de convergência de outras paixões e impulsos: a xenofobia, o castismo hierarquizante, o classismo colorizado ou sem cor. Essa ideologia atravessa comportamentos e palavras, até mesmo no bem-pensar da academia, que tende a apresentar racismo e racialismo como sistemas morais a superar pela educação e persuasão, e não como superestruturas da economia de plantação e do seu extrativismo maximalista.

Nas letras, na antropologia, nos jornais, nas colônias, nas fábricas, nos serviços, o racialismo gerou novas taxonomias de hierarquização; e o seu gêmeo, o racismo, pôs em prática a exclusão, a discriminação, muitas vezes materializadas em violência e alimentadas pelo ódio. Tudo isto persiste, tudo isto vive sob os nossos olhos, tudo isto pode e deve ser analisado, não tanto em termos de sistema moral que a educação eliminará um dia, como na sequência da Segunda Guerra Mundial acreditavam a Unesco e Lévi-Strauss (1952), mas em termos de legado da *plantation* – e nessa análise perdura e persiste o legado da interpretação marxista da relação entre economia e ideologia.

Os termos da *plantation* enquanto “máquina de produzir raça” foram pioneiramente enunciados, já nos anos 1940, pelo sociólogo Edgar Thompson (1975, 2010). Os escravizados traficados de África para as plantações do Caribe e Américas tornam-se “negros” pelo processo de escravização, sendo “negro” uma categoria de trabalho, de extração, de exploração, de hierarquia. Não conhecemos a genealogia intelectual de Thompson para além de ter sido estudante de Robert Park em Chicago e escrito sobre as plantações do sul dos Estados Unidos. Não posso afirmar que a sua formulação da determinação da ideologia-raça pela economia-plantação tenha sido diretamente inspirada no legado marxista. Mas posso constatar que a minha proposta o foi, mesmo que indiretamente, já que se gerou de certo modo no marxismo prático da influência difusa dos *Annales* que nem eu mesma de imediato reconheci, mas em que me revejo agora através do enunciar desta genealogia.

7 Dinâmicas Racialistas, para além do Binômio Escravidão-Negritude

Dando como assente que a *plantation*, baseada no trabalho escravizado de africanos, dos quais fez “negros”, ao passo que dos proprietários e não trabalhadores fez “brancos”, produziu a estrutura hierarquizada que se inscreveu no racialismo pseudocientífico consolidado nos séculos XVIII-XIX, impõe-se perguntar: e depois da abolição e emancipação, findos o tráfico

e as demais abominações desumanizantes ligadas à escravização de africanos, que outros efeitos desse elo infraestrutura-superestrutura perduram?

Sabemos que o legado dessa superestrutura perdura, e perdura; por mais que a genética e outras disciplinas biológicas demonstrem a inexistência de “raças” na natureza, “raça” enquanto categoria ideológica continua a ser uma dimensão estruturante das relações sociais, alimentada pelo racismo que fermentou e se consolidou nos séculos da economia de plantação e do tráfico escravista. Não existe na natureza certamente, como está repetidamente demonstrado pelos estudos de genética humana, mas persiste enquanto ideologia, tantas vezes letal, fatal, ruidosamente mortal, outras vezes mais subtil e silenciosa, criando e mantendo fossos, abismos, separações, desigualdades. Por um lado, temos esse legado de racismo, gerado por uma modalidade do capitalismo, uma economia imperial que, na transformação da natureza para fins lucrativos que foi a plantação, criou produtos de consumo considerados deliciosos, e por isso desejados e procurados, alimentando mercados mundiais, como o açúcar, e também outras coisas, e no processo alienou humanos ao ponto da desumanização, exclusão e inferiorização na hierarquia social e económica em que tudo assentava.

Por outro lado, temos que a plantação não cessou de existir após a abolição; não cessou de produzir mercadorias a partir da natureza, não cessou de procurar lucro financeiro, não cessou de ir buscar força de trabalho humano a lugares distantes, já sem cadeias e grilhões, mas com outros modos de cativar os novos recrutados. O plantio, cuidado e corte dos canaviais – sobretudo o corte, a mais intensa e brutal das tarefas – bem como o transporte das canas, a sua entrega ao engenho, a fervura e tratamento do caldo, o cuidado com os produtos finais, entre destilados, açúcar propriamente dito, rapaduras, e outros, continuaram a devorar trabalho humano em modalidades diferentes da escravização. Que modalidades, é a questão que se segue.

Em que medida, e de que modos, a infraestrutura da economia da plantação continuou a produzir superestruturas concomitantes com as desigualdades – hierarquizando, mesmo *racializando*? Se as plantações das Américas e Caribe geraram, através da escravização de africanos, a categoria “negro” para referir trabalho desumano, o trabalho desumanizado dos canaviais e engenhos, o trabalho de humanos desumanizados no que faziam, no destrato que recebiam, e na animalização com que ideologicamente eram brindados, os novos modos de recrutamento de trabalho criaram novas dinâmicas e novas diferenciações, com diferentes particularidades históricas e arranjos sociais.

Pesquisas coordenadas de antropologia e história mostram o quanto as dinâmicas de diferenciação hierarquizante continuaram no mundo da *plantation* mesmo após a abolição da escravatura e o tráfico correlato. Não se tratou de replicar de modo direto a violência cognitiva da repartição hierarquizante branco/negro da plantação original, mas antes de a ecoar, dando-a como ponto de partida, ampliando-a para fora do mundo Atlântico, pois também no Índico e Pacífico existiram plantações coloniais, como bem exemplificam a Ilha Maurícia e Fiji, e complexificando-o no já estabelecido mundo da plantação do Caribe e Américas.

Olhemos, por exemplo, para o mundo das plantações do império britânico, aquele que primeiro transacionou a abolição e emancipação – e não sem chorudas compensações para os proprietários – e onde foram introduzidas outras modalidades de capturar força de trabalho para além do tráfico escravista. Por exemplo “libertar”, por assalto, os escravizados

que iam a bordo de navios de nações e impérios concorrentes, navios espanhóis, portugueses, franceses, holandeses, que ainda traficavam pessoas de África para as colônias do Caribe e Américas. Levar os assim “libertos” para fazer o mesmo que faziam os não-libertos, com um outro vínculo, porém encaixados à partida na cor do trabalho, esta cor deste trabalho, o mais duro e desumanizado. Ou esperar que os emancipados se mantivessem na plantação – na mesma onde já tinham sido maltratados – para fazer, desacorrentados, o mesmo que faziam acorrentados. Ou angariar, sem escravizar, africanos da Serra Leoa e regiões circundantes. Ou trazer trabalhadores de outras colônias. Ou “contratar”, com contratos de termos pouco claros, populações em situação de fragilidade – da Ásia sobretudo, de algumas periferias pobres da Europa também. Ou, como aconteceu mais tarde no Pacífico, simplesmente capturar, como quem caça, e laça (“*Blackbirding*”), ilhéus dos mares do sul, levados ao engano para bordo, com destino ignorado nas plantações de cana das Fiji ou da Austrália. Da Ásia do Sul saíram centenas de milhar de trabalhadores para as plantações de cana-de-açúcar do extenso império britânico – primeiro para a Maurícia, no Índico, que passara de colônia francesa a inglesa no início do século XIX; depois para as Guianas e Trinidad, e ainda outras ilhas do Caribe; para o Natal, na África do Sul; e para as distantes Fiji, no Pacífico (Bahadur, 2013; Carter; Torabully, 2002; Hassakhan *et al.*, 2016; Kale, 1988; Kumar, 2017; Lal, 2019; Laurence, 1994; Roopnarine, 2011). Em teoria, os contratos permitiam o regresso ao lugar de origem; na prática, isso raramente acontecia.

Novos grupos, novas racializações emergiam na *plantation*, desigualdades, hierarquias, tensões, complexificando, multiplicando e exponenciando a hierarquia de base que a *plantation* criara. Estas desigualdades tomaram múltiplas formas, por vezes assumindo uma hierarquia clara entre diferentes grupos, outras vezes mantendo-se em tensões implícitas que segregam e alimentam estereótipos e ocasionalmente emergem em conflitos abertos. As diferenças podem aparecer pintadas de cores, ou evocando religiões, ancestralidades, em desigualdades exacerbadas pela economia da plantação. Tomam forma de tenso antagonismo, como na Guiana contemporânea (Williams, 1993), ou nas Fiji (Kelly & Kaplan, 2001); ou em modo mais subterrâneo, amenizado em interações e trocas, como na Maurícia (Eriksen, 1998; Le Petitcorps, 2020), ou mitificado como paraíso de entendimento inter-racial, como no Hawai‘i (Adams, 1937; Lind, 1938), onde descendentes de chineses, japoneses, portugueses, filipinos, coreanos, polinésios, *haole* (brancos) e outros coexistem em tensões subjacentes (Bastos, 2018, 2020; Beechert, 1985; Dusingherre, 2019; Jung, 2006; Okamura, 2008; Takaki, 1983).

8 Configurações Etnográficas e Particularidades Históricas – a Racialização Subjacente às Etnicidades da Plantação

Vejamos como se formaram estes diferentes arranjos sociais em torno da economia do açúcar e do trabalho no açúcar. Trabalho poderá ser uma categoria abstrata em termos econômicos, mas na prática tem a concretude das vidas que o garantem. As mãos da mão de obra, os corpos dessas mãos que trabalham, são de pessoas com pertenças, cognições, hábitos, religiões, línguas, culturas, expectativas, sonhos, famílias, parentescos e outras redes de reconhecimento. Se essas pertenças e cognições se mantiveram clandestina e subterraneamente entre os escravizados, que nas maiores dificuldades as conseguiram fazer

reviver nos interstícios do mundo da plantação algumas das suas práticas religiosas, cultivos privados, conhecimentos corporificados ou memorizados, já entre os grupos que vieram servir a plantação em modalidades não escravizadas foi possível manter abertamente as suas pertenças – religião, língua, práticas, hábitos, gostos, identificações nacionais. E assim emergiram linhas de corte que ecoaram, ou reforçaram, linhas de hierarquia convenientes à economia da plantação. Analisemos caso a caso como da plantação emergiram sociedades multiétnicas, tomando como exemplos Maurícia, Guianas e Hawai'i.

A **Maurícia**, ilha do Índico que é parte do chamado arquipélago das Mascarenhas, sem população humana autóctone, passou por vários ciclos de controle colonial até à sua independência em 1968 – holandeses, franceses, ingleses. Durante o período de ocupação francesa (1715-1810) era conhecida como *Île de France*; desse tempo datam as bases da economia de açúcar que até hoje predomina na ilha, e nesse tempo, também, vieram da costa oriental africana contingentes de escravizados cujos descendentes são hoje conhecidos por *Creoles*. Mais tarde, sob domínio político britânico, que substituiu o de França a partir de 1810, a Maurícia viria a tornar-se uma espécie de estação experimental para um novo modo de recrutar trabalho para a economia do açúcar: o *indentured labor*, ou trabalho vinculado, predominantemente do subcontinente indiano, então também sob influência britânica. Dos portos de Calcutá e Madras vieram dezenas, mais tarde centenas de milhar de trabalhadores para a Maurícia, como seguiriam, mais tarde, para as plantações britânicas na África do Sul, nas Guianas e Trinidad, no Atlântico, e até nas Fiji, no Pacífico. Não vinham acorrentados, não eram escravizados, mas tinham assinado um contrato cujos termos nem sempre compreendiam e cujas consequências nem sempre antecipavam.

À Maurícia chegaram do Norte e do Sul da Índia, homens e mulheres, hindus, muçulmanos e outros; os indianos viriam a tornar-se o grupo demograficamente predominante da ilha, a maioria da população, numa hierarquia em que no topo persistiam as famílias proprietárias francesas, coexistindo com uns menos expressivos ingleses, e na base estavam os descendentes de africanos escravizados. Temos assim o racialismo estrutural do sistema da plantação, em que hierarquia colorizada proprietários-brancos/escravizados-negros incorpora novas categorias, que, aqui, correspondem a descrições amplas: “brancos”, “indianos”, “*creoles*”, ou, de modo mais descritivo, eurodescendentes, indo-descendentes, afrodescendentes. Perante esta realidade, e analisando a superfície da pluralidade “étnica”, alguns autores descrevem a Maurícia como epítome do bom convívio interétnico, onde *creoles* e indianos se cruzam e coexistem em paz (Eriksen, 1998). Outros observam que por detrás dessa aparente paz social reinam também tensões racializadas (Le Petitcorps, 2020), cujas nuances estão bem captadas na literatura de ficção – entre muitos, ver Appanah (2007) e Dormann (1989): o prestígio simbólico da classe e referências francesas, e a persistência da língua; a secundarização de indo-descendentes face a eurodescendentes, mesmo quando as linhas de classe e propriedade estão naqueles e não nestes; a sistemática subjugação dos afro-descendentes; a ambivalência do termo “*coolie*”, ora usado depreciativamente, ora tornado em instrumento de emancipação – formulado na “coolitude” de Khal Torabully (Carter & Torabully, 2002), que de longe ecoa a “negritude” formulada pelo líder senegalês Leopold Senghor.

Pesquisadores e ativistas de memória têm levado a cabo importantes desenvolvimentos na patrimonialização dos legados de quem chegou para o trabalho no açúcar. Em Port-Louis, a capital, o *Aapravasi Ghat* (porta dos imigrantes) celebra, no lugar que em tempos era

referido como “coolie gate,” as vidas dos milhares que chegaram da Índia, os seus trajetos no contexto global, as suas descendências e obras (Peerthum, 2017). Quase ao lado, o museu da escravidão mapeia os trajetos, vidas e experiências dos que vieram de África escravizados. Em Pamplemousses, no interior da ilha, um engenho de açúcar convertido em museu de experiência imersiva – *L'Aventure du Sucre* – dá conta das várias dimensões desta economia, combinando os aspectos técnicos da produção de açúcar com uma sólida investigação histórica. Eis uma situação em que os produtores e proprietários contrataram historiadores e cientistas sociais para proporcionar uma narrativa realista e capaz de narrar e analisar os aspectos dolorosos da história daquela sociedade.

Se a Maurícia serviu de estação de ensaio para a integração do trabalho vinculado de trabalhadores indianos na plantação de açúcar, a Guiana britânica, bem como a Trinidad e outras ilhas caribenhas sob o império britânico, foram o destino para onde este grupo foi recrutado em massa para suprir as necessidades laborais da economia do açúcar após a abolição da escravidão.

Nas **Guiana** britânica, congregando Berbice, Demerara e Essequibo, ocorreram durante alguns anos vários tipos de experiências paralelas para suprir as necessidades laborais da plantação após a emancipação dos escravizados em 1834: recrutando escravizados de outros lugares do Caribe; contratando libertos locais e da costa ocidental africana; recrutando madeirenses dispostos a sair de uma ilha com dificuldades crônicas para a maioria dos seus habitantes, e trazendo da Ásia do sul, primordialmente do norte da Índia, aquela que a partir da década de 1850 veio a ser a maior força de trabalho nas plantações da Guiana. Esta epopeia está descrita em detalhes em múltiplas obras (Roopnarine, 2003, 2011), incluindo no retrato intimista de uma migrante – *Coolie Woman* – em que Gaiutra Bahadur (2013) combina documentação de arquivo e alguma especulação para reconstituir a epopeia da sua bisavó.

O que alguns chamariam de mosaico étnico com descendentes de africanos, indianos, europeus, ameríndios, e combinações entre estes grupos, é antes de mais o resultado de uma história de economia de plantação que passou por diversas estratégias de recrutamento de trabalho. Na República da Guyana, ex-Guiana britânica, o convívio entre grupos não é descrito como harmonioso, como ocorre frequentemente para a Maurícia, mas antes como tenso e conflituoso (Williams, 1993). Apesar de a independência, conquistada em 1964, ter unido os vários grupos, rapidamente se cindiram em partidos oponentes os descendentes de africanos e de indianos. Mas estes são apenas os dois grupos de maior expressão demográfica e política; outros há gerados na dinâmica da plantação que criou uma “nação de seis raças”, como a Guyana frequentemente se autodescreve.

Que “raças” são essas? Primeiramente, os “Ameríndios”. Ao contrário da Maurícia, que era uma ilha deserta antes da colonização, as Guianas tinham um grande número de populações indígenas (Arawak, Macushi, Waiwai, Warao, entre outros) e, diferentemente do que aconteceu nalgumas ilhas do Caribe, onde essas populações foram exterminadas por completo, os grupos indígenas das Guianas mantiveram-se nas ecologias de floresta do interior e aparecem hoje conjuntamente como uma das “raças” da nação. Depois, temos as duas cores do mundo da plantação: “brancos” e “negros”. Nestes últimos se congregam, pela cor, pela cor do trabalho escravizado, mas também pela cor-raça que o racialismo da plantação gerou, os descendentes dos múltiplos grupos africanos que ali chegaram, escravizados ou livres. E nos “brancos” se segrega a classe de proprietários de plantações:

os antigos colonos holandeses e os britânicos que posteriormente, desde finais do século dezoito, controlaram a economia e a política. “Branco” é posição social. Uma outra dessas categorias raciais corresponde a “indiano”, agregando a variedade que chegou a aparecer nas estatísticas separada entre os de “Madras” e de “Calcutta”, ou seja, provenientes do Sul ou do Norte da Índia; congregando muçulmanos e hindus, homogeneizando numa “raça” da plantação toda esta variedade. E, como particularidade deste precipitado social, recorta-se como uma raça distinta a dos “portugueses,” predominantemente descendentes de migrantes da Madeira que, pese embora serem eurodescendentes, entraram na economia como trabalhadores contratados, antes ainda da massificada migração indiana, e depois se expandiram como comunidade de dinamismo comercial e em muitos casos importante acumulação de riqueza. Eram ricos, mas não “brancos”, categoria reservada, aqui, para a classe proprietária na economia da plantação. Finalmente o sexto grupo: tradicionalmente correspondia aos “misturados”, mas o termo caiu em desuso e a categoria foi usada para descrever um outro grupo que também integrou a economia da plantação e do comércio relacionado, distinto, onde raça e nacionalidade convergem: os chineses. A China forneceu um elevadíssimo número de trabalhadores para economias do mundo inteiro, e em muitos lugares foram racializados como “coolies”; na Guiana, a distinção entre os que vieram com vinculados da Índia através dos canais do império britânico e os que vieram mais tarde e em menor número, da China (diretamente ou via outros pontos do Caribe) manteve-se, e nunca convergiram numa “raça” conjunta de “asiáticos”. O racialismo que emerge como ideologia gerada na plantação deu no caso da Guiana origem a esta paleta de seis cores. No vizinho Suriname, de administração holandesa até à sua independência em 1975, a paleta é mais ampla, com um maior número de grupos de referência: branco/proprietários, brancos/camponeses, negros/quilombolas (que escaparam da plantação), negros/crioulos (que se mantiveram na plantação), javaneses, indianos, brasileiros (recentes), etc.

Uma outra sociedade multiétnica resultante da economia de plantação encontra-se nas ilhas do **Hawai’i**. Ao contrário da Maurícia, das Guianas e das Fiji, este arquipélago não integrou os impérios europeus. Estava fora das suas rotas até 1778, momento em que a frota de Cook ali passou na procura da “passagem norte” – suposta contrapartida do estreito de Magalhães, ligando o Pacífico ao Atlântico pelo Ártico. Com o arquipélago unificado pelo rei Kamehameha, o Hawai’i manteve-se um reino independente que consentiu e negociou a entrada de outras populações até que se tornou colónia dos Estados Unidos em 1897. Primeiro vieram os missionários protestantes anglo-americanos (os *haole*, ou “brancos”), que com alianças junto da aristocracia local, persuasão, e golpes políticos, lançaram as bases de uma economia de açúcar com algumas particularidades. Não houve rum, cachaça, bebidas destiladas em geral. Não houve escravizados africanos nem vinculados indianos. Pouco houve de trabalhadores locais: a população do Hawai’i estava em rápido declínio demográfico. Vieram contingentes da China e do Japão. Vieram com contratos que não eram radicalmente diferentes daqueles que levaram outras pessoas da Ásia a outras plantações, mas não tinham o estigma de “coolies” como noutros lugares. Porém, o trabalho da plantação era igualmente brutal – doze horas seguidas, chuva ou sol, seis dias por semana, vida em *compounds* de trabalhadores, homens solteiros que só depois de muito acumular conseguiam o suficiente para mandar vir uma noiva do país de origem.

China e Japão foram os dois grandes fornecedores de trabalho migrante nas primeiras décadas da economia do açúcar no Hawai'i. Mais tarde, e em parte para contrariar o temor dos governantes locais de ficarem dominados pelo Japão, a aliança entre o governo do Hawai'i e a associação de proprietários procurou diversificar a mão de obra, atraindo alguns contingentes de escandinavos, alemães, mexicanos e, sobretudo, portugueses da Madeira e dos Açores. A estes eram dados alguns privilégios especiais: podiam trazer famílias, podiam aspirar tornar-se pequenos proprietários ou comerciantes após o termo do contrato. E assim se tornaram um dos grupos distintos desta sociedade, com cerca de 10% da população já em 1900. Portugueses, eventualmente "caucasianos", mas não *haole* (brancos), pois tinham chegado à economia como trabalhadores e não como proprietários da plantação (Bastos, 2018, 2020; Geschwender, Carroll-Seguin; Brill, 1988).

De certo modo, a plantação era um mundo multiétnico, mas estava longe de ser igualitário: diferentes tabelas salariais e diferentes privilégios garantiam uma hierarquia subjacente. Em pesquisa preliminar nos livros de registo de salários da plantação de Lihue, por exemplo, na ilha de Kauai, encontrei para a década de 1890 uma hierarquia de valores que tinha no topo os alemães; depois os portugueses; depois os "nativos", e só depois os japoneses (Lihue, 1894). As nacionalidades eram tratadas como "raças", ecoando, ainda que de longe, a racialização de base da plantação colonial. Não havia grilhetas, mas havia chicotes. O trabalho na plantação era duríssimo e lembrado como semelhante a uma escravidão temporária.

O reino do Hawai'i chegou ao seu final em duas etapas: primeiro, com o golpe dos fazendeiros que declararam uma república por eles governada em 1893; depois, com a anexação aos Estados Unidos em 1897, dos quais se manteve "território" até que em 1959 se tornou o 50º estado. Durante o período da anexação, ampliaram-se as fontes de mão de obra a outros lugares de influência estado-unidense. Vieram trabalhadores da Coreia, do Porto Rico, e sobretudo das Filipinas. O mosaico étnico era amplo e diverso – e na medida do possível é lembrado como coexistência em competição pacífica que admite cruzamentos, casamentos, interações benignas entre os descendentes destes grupos nacionais que em dado momento foram hierarquizados na plantação. A ideia de harmonia racial contagiou as próprias análises sociológicas feitas sobre e no Hawai'i ao longo do século XX. Na década de 1920, os sociólogos da escola de Chicago Romanzo Adams e Andrew Lind fixaram-se no arquipélago para fundar a Universidade do Hawaii em Manoa. O contraste com os Estados Unidos que conheciam era tal que acreditaram estar perante uma sociedade que ultrapassara as tensões raciais. Com a colaboração do próprio Robert Park e dos estudantes locais, usando o ângulo e método desenvolvidos em Chicago, promoveram diversos estudos sobre etnicidades e relações interétnicas. De uma forma geral, apresentavam o Hawaii como uma sociedade que superara as tensões raciais predominantes noutros lugares (Adams, 1937; Lind, 1938). Estudos contemporâneos mostram um quadro menos edulcorado, notando que, tratando-se de um colonialismo de ocupação que desalojou as populações indígenas, existe sobre uma tensão de base que se mantém como violência contida (Bastos, 2020, 2025; Dusinger, 2019; Fujikane; Okamura, 2008; Okamura, 2008, 2014).

9 Concluindo: uma superestrutura que persiste, uma infraestrutura que resiste

A plantação persiste em muitos formatos, a céu aberto nos campos, ou fechada nas fábricas, nas minas, nas estufas do agronegócio – gerando desigualdades, gerando hierarquias, conservando ideologias que naturalizam as diferenças sociais. Podemos voltar literalmente a Marx e às suas escrituras, fazer reviver conceitos nestas consagrados e discutir infinitamente quanto se adequam ou não no geral e no particular; ou podemos simplesmente usar uma grelha de leitura que se foi transformando nas gerações, filiações, reformulações e encontros com o real trazidos do trabalho de campo, uma grelha aqui e ali desfocada, aqui e ali trazendo clarividência, chave parcial de um mundo complexo e distante da sociedade igualitária antecipada, mais próximo de uma distopia continuada de desigualdades crescentes mas sempre à beira da ruptura. Com esta chave, também a etnografia e a antropologia se ampliam: junto de cada particularidade e expressão de singularidades estão as dinâmicas que as recortam, condicionam, complexificam, desafiam, fazendo convergir, como nunca, o ímpeto interpretativo da nossa disciplina com o ímpeto transformador da nossa condição política.

Agradecimentos

Este artigo foi inicialmente apresentado em regime *on-line* no *Symposium Antropologias e Marxismos – Ontem e Hoje*, Universidade de Brasília, em 16-18 de junho de 2025. Agradeço a Kelly Silva e aos demais organizadores, comentadores e colegas presentes pelo convite e sugestões dadas. Parte dos dados incluídos no artigo resultou de pesquisas levadas a cabo no projeto *The Colour of Labour – The Racialized Lives of Migrants* (European Research Council, Advanced Grant # 695773). A escrita final decorreu no âmbito do projeto *Transatlantic Crossroads Lab* (European Union, Marie Skłodowska-Curie Actions, Grant # 101235830).

Referências

- ADAMS, Romanzo. **Interracial Marriage in Hawaii**. New York: Macmillan, 1937.
- ALMEIDA, Miguel Vale de. Leitura de um livro de leitura: a sociedade contada às crianças e lembrada ao povo. In: BRITO, Joaquim Pais de; O'NEILL, Brian Juan (org.). **Lugares de aqui**. Lisboa: Dom Quixote, 1991. p. 245-261.
- BACHOFEN, J.J. **Das Mutterrecht**. Stuttgart: Verlag von Kraus und Hoffmann, 1861.
- BAHADUR, Gaiutra. **Coolie Woman: The Odyssey of Indenture**. Chicago: University of Chicago Press, 2013.
- BASTOS, Cristiana. The northeastern Algarve and the southern Iberia family pattern. **Journal of Family History**, v. 13, n. 1, p.111-121, 1988.
- BASTOS, Cristiana. Etnografia, aldeia e montes: formas de povoamento no nordeste algarvio. **Trabalhos de Antropologia e Etnologia**, v 31, p. 41-76, 1991.
- BASTOS, Cristiana. **Os montes do nordeste algarvio**. Lisboa: Cosmos, 1993.

BASTOS, Cristiana. Portuguese in the cane: the racialization of labour in Hawaiian plantations. In: ABOIM, S.; GRANJO, P.; RAMOS, A. (org.) **Changing Societies: Legacies and Challenges**. Vol. I. Ambiguous Inclusions – Inside Out, Outside In. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2018. p. 65-96.

BASTOS, Cristiana. Plantation memories, labor identities, and the celebration of heritage: The case of Hawaii's Plantation Village. **Museum Worlds: Advances in Research**, v. 8, p.25-45. 2020.

BASTOS, Cristiana. Latitudes of indenture. In: HASSANKHAN, M. *et al.* (org.) **Nationalism, Transnationalism and Identity in the Age of Post-Slavery Indenture and Migration**. Delhi: Manohar, 2023. p 75-95.

BASTOS, Cristiana. Unseen Diasporas: Portuguese Labor Migrants in Colonial Plantations. In: TYBINKO, A.; DA SILVA, D.; AIDOO, L. (org.). **Migrant Frontiers: Race and Mobility in the Luso-Hispanic World**. Liverpool: Liverpool University Press, 2023. p. 21-39.

BASTOS, Cristiana. Plant-people Intimacies: Sugar Canes, Pineapples and the Memory of Migration in Hawai'i. **Journal of Ethnobiology**, v. 44, n. 1, p. 11-22, 2024.

BASTOS, Cristiana. Diásporas laborais e memórias vegetais: a cana-de-açúcar na Madeira e o ananás dos Açores. **Trabalhos de Antropologia e Etnologia**, v. 65, p. 309-321, 2025.

BEECHERT, Edward D. **Working in Hawaii: a Labor History**. Honolulu: University of Hawaii press, 1985.

BENEDICT, Ruth. **Patterns of culture**. Boston: Houghton Mifflin, 1934.

BETHENCOURT, Francisco. **Racismos: das Cruzadas ao século XX**. Lisboa: Temas e Debates, 2015.

BLOCH, March. **La société féodale**. Paris: Albin Michel, 1939-1940. 2v.

BOAS, Franz. **Race, Language and Culture**. New York: MacMillan, 1940.

BOSMA, Ulbe Bosma. **The World of Sugar – how the sweet stuff transformed our politics, health and environment over 2,000 years**. Cambridge, MA: Harvard University Press, 2023.

BRAUDEL, Fernand. **La Méditerranée et le Monde Méditerranéen à l'Époque De Philippe II**. Paris: Armand Colin, 1949.

CARTER, M.; TORABULLY, K. **Coolitude: An Anthology of the Indian Labour Diaspora**. London: Anthem, 2002.

CHAUNU, Pierre. **Histoire, Science Sociale**. Paris: SEDES, 1974.

CREED, Gerald. **Domesticating Revolution: From Socialist Reform to Ambivalent Transition in a Bulgarian Village**. University Park: Penn State University Press, 1998.

DUSINBERRE, Martin. The Changing Face of Labour between Hawai'i, Japan and colonial Taiwan. **Historische Anthropologie**, v. 27, p. 336-360, 2019.

ECO, Umberto. **O Nome da Rosa**. Lisboa: Difel, 1983.

EDELMAN, Marc. **Peasants against globalization: rural social movements in Costa Rica**. Stanford: Stanford University Press, 1999.

ERIKSEN, Thomas Hylland. **Common Denominators: Ethnicity, Nationalism and the Politics of Compromise in Mauritius**. Oxford: Berg, 1998.

EVANS-PRITCHARD, E.E. **The Nuer**. Oxford: Clarendon, 1940.

FEBVRE, Lucien. **Le Problème de l'Incroyance au 16e Siècle: La Religion de Rabelais**. Paris: Albin Michel, 1942.

FRAZER, James George. **The Golden Bough**. London: MacMillan, 1890.

- FUJIKANE, Candace; OKAMURA, Jonathan Y. (org.). **Asian Settler Colonialism: From Local Governance to the Habits of Everyday Life in Hawaii**. Honolulu: University of Hawaii Press, 2008.
- GESCHWENDER, James A.; CARROLL-SEGUIN, Rita; BRILL, Howard. The Portuguese and Haoles of Hawaii: Implications for the Origin of Ethnicity. **American Sociological Review**, v. 53, n. 4, p. 515–27, 1988.
- GLUCKMAN, Max. **Rituals of Rebellion in Southeast Africa**. Manchester: Manchester University Press, 1952.
- GODELIER, Maurice. **L'idéal et le matériel**. Paris: Fayard, 1984.
- GODINHO, Vitorino Magalhães. **Os descobrimentos e a economia mundial: 1963-1970**. 2. ed. correcta e ampliada. [S.l.]: Editorial Presença, 1981-1983.
- HARNECKER, Martha. **Conceitos Elementares do Materialismo Histórico**. Venda Nova: Biblioteca das Ciências Humanas, 1973.
- HARRIS, Marvin. **The Rise of Anthropological Theory**. New York: Crowell, 1968.
- HASSANKHAN, Maurits S.; ROOPNARINE, Lommarsh; RAMSOEDH, Hans. **The Legacy of Indian Indenture: Historical and Contemporary Aspects of Migration and Diaspora**. London: Routledge, 2016.
- JUNG, Moon-Kie. **Reworking Race: The Making of Hawai'i's Interracial Labor Movement**. Columbia University Press, 2006.
- KALE, Madhavi. **Fragments of Empire: Capital, Slavery, and Indian Indentured Labor in the British Caribbean**. Pennsylvania: University of Pennsylvania Press, 1998.
- KASMIR, Sharryn. **The myth of Mondragon: Cooperatives, politics, and working class life in a Basque town**. New York: SUNY Press, 1996.
- KELLY, John D.; KAPLAN, Martha. **Represented Communities: Fiji and the World of Decolonization**. Chicago: U Chicago Press, 2001.
- KUMAR, Ashutosh. **Coolies of the Empire: Indentured Indians in the Sugar Colonies, 1830-1920**. Cambridge: Cambridge University Press, 2017.
- KROEBER, Alfred L. **Anthropology**. New York: Harcourt, 1933.
- LADURIE, Emmanuel Le Roi. **Montailloux, Village Occitan**. Paris: Gallimard, 1975.
- LAL, Brij V. **Levelling Wind: Remembering Fiji**. [S.l.]: ANU Press, 2019.
- LAURENCE, Keith O. **A Question of Labour: Indentured Immigration into Trinidad and British Guiana 1875-1917**. Jamaica: Ian Randle Publishers, 1994.
- LE PETITCORPS, Colette. La domestication des femmes pauvres. Histoire et échec d'une entreprise colonialiste ressassée à l'île Maurice. **Migrations Société**, v. 4, n. 182, p. 97-112, 2020.
- LÉVI-STRAUSS, Claude. **Race et Histoire**. Paris: Denoël; Unesco, 1952.
- LÉVI-STRAUSS, Claude. **Anthropologie Structurale**. Paris: Plon, 1958.
- LIHUE PLANTATION COMPANY. **Payroll Book**, 1894. PV 33, HSPA, University of Hawaii at Manoa special collections.
- LIND, Andrew. **An Island Community: Ecological Succession in Hawaii**. Chicago: University of Chicago Press, 1938.
- MACLENNAN, C. **Sovereign Sugar**. Honolulu: University of Hawai'i Press, 2014.
- MALINOWSKI, B. **Coral Gardens and Their Magic**. London: Routledge, 1935.
- MARX, Karl. **Grundrisse - Elementos fundamentais para a crítica da economia política**. Berlim: Instituto do Marxismo-Leninismo, 1941.

- MEAD, Margaret. **Coming of age in Samoa**: a psychological study of primitive youth for western civilisation. New York: W. Morrow, 1928.
- MEILLASSOUX, Claude. **Femmes, greniers et capitaux**. Paris: Maspero, 1975.
- MINTZ, Sidney. **Worker in the cane – a Puerto Rican life history**. New Haven: Yale University Press, 1960.
- MINTZ, S. **Sweetness and Power – The Place of Sugar in Modern History**. New York: Penguin, 1985.
- MORGAN, Lewis Henry. **Ancient Society**. New York: Ch. Keer, 1877.
- NAROTZKY, Susana (org.) **Grassroots Economies. Living with Austerity in Southern Europe**. London: Pluto Press, 2020.
- OKAMURA, Jonathan Y. **Ethnicity and Inequality in Hawai'i**. Philadelphia: Temple University Press, 2008.
- OKAMURA, Jonathan Y. **From Race to Ethnicity**: Interpreting Japanese American Experiences in Hawai'i. Honolulu: University of Hawai'i Press, 2014.
- PEERTHUM, Satyendra. **'They came to Mauritian Shores': the Life-Stories and History of Indentured Labourers in Mauritius (1826-1937)**. Port Louis: Aapravasi Ghat Trust, 2017.
- POLITZER, George. **Princípios Elementares da Filosofia**. Lisboa: Prelo, 1974.
- RADCLIFFE-BROWN. A. R. **Structure and function in primitive society**. London: Cohen & West, 1952.
- RIBEIRO, Gustavo Lins. **Empresas Transnacionais**: um grande projeto por dentro. São Paulo; Rio de Janeiro: Marco Zero, 1991.
- RODNEY, Walter. **A History of the Guyanese Working People, 1881-1905**. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1981.
- ROOPNARINE, Lommarsh "Indian migration during indentured servitude in British Guiana and Trinidad, 1850-1920". **Labor History**, v. 52, p. 173-191, 2011.
- SCHNEIDER, Jane. **Culture and Political Economy in Western Sicily**. New York: Academic Press, 1975.
- SIDER, Gerald. **Culture and Class in Anthropology and History**: A Newfoundland Illustration. Cambridge: Cambridge University Press, 1986.
- STEWART, Julian. **The People of Puerto Rico**: a study in social anthropology. Urbana: University of Illinois Press, 1956.
- TAKAKI, Ronald. **Pau Hana**: Plantation Life and Labor in Hawai'i 1835-1920. Honolulu: University of Hawai'i Press, 1983.
- THOMPSON, E. T. **Plantation Societies, Race Relations, and the South**: the regimentation of populations. Durham: Duke University Press, 1975.
- THOMPSON, E. T. **The Plantation**. Columbia: The University of South Carolina Press, 2010.
- WILLIAMS, Brackette. **Stains on my Name, War in my Veins: Guyana and the Politics of Cultural Struggle**. Durham, North Carolina: Duke University Press, 1991.
- WILLIAMS, Eric. **Capitalism & Slavery**. Chapel Hill, Univ. of North Carolina Press, 1944.
- WOLF, Eric R. **Sons of the shaking earth**. Chicago: University of Chicago Press, 1959.
- WOLF, Eric R. **Peasants**. Englewood Cliffs: Prentice-Hall, 1966.
- WOLF, Eric R. **Europe and the Peoples without History**. Berkeley: University of California Press, 1982.

Cristiana Bastos

Investigadora-coordenadora no Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa. O trabalho situa-se na intersecção entre as disciplinas de antropologia, história e estudos sociais da ciência, da tecnologia e da medicina, tendo abordado dinâmicas populacionais, mobilidades transnacionais, biopolítica colonial, medicina e o império, história social da saúde e do bem-estar e, nos últimos anos, os processos de racialização nas sociedades de plantação e as interações entre humanos e plantas. Trabalhou em diversos contextos etnográficos e históricos – nordeste do Algarve, Brasil urbano, América do Norte, Goa colonial, Moçambique e Angola, Hawaii e Guiana. Lecionou em programas de pós-graduação nas Universidades de Lisboa, Coimbra, ISCTE, Brown University, Universidade de Massachusetts (Dartmouth e Lowell), UNICAMP e UERJ; foi pesquisadora visitante no East-West Center, na University of Hawaii at Manoa, e no Global Health Program de Harvard. Os seus trabalhos podem ser consultados em <https://www.ics.ulisboa.pt/pessoa/cristiana-bastos> e em <https://cristianabastos.org/>

Endereço profissional: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, Avenida Professor Aníbal de Bettencourt, n. 9, Lisboa, Portugal.

E-mail: cristiana.bastos@ics.ulisboa.pt

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5387-4770>

Como Referenciar este artigo:

BASTOS, Cristiana. Plantação, Raça e Racialismo: regressando ao binômio infraestrutura-superestrutura. **Ilha – Revista de Antropologia**, Florianópolis, v. 28, e111154, p. 1-20, 2026.